

## **FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: PREMISSA PARA SUPERAÇÃO**

**MARTINS, Sandra Mara<sup>1</sup>**  
**BASTOS, Carmen Célia<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A participação no Programa SuperAção é objeto do presente texto. A implementação da proposta no Programa ocorreu durante o segundo semestre do ano de 2007 tendo como Público-alvo os Profissionais da Educação das três escolas envolvidas na cidade de Cascavel – PR. A carga – horária disponível foi de 64 horas distribuídas entre as três escolas. Compreender a função social da escola na sociedade contemporânea torna-se relevante para que as escolas encontrem novos caminhos em busca da superação do quadro atual presente no cotidiano escolar. Para tanto, inicialmente faz-se uma abordagem acerca da socialização primária e da socialização secundária. Em seguida passa-se a delimitar o contexto da escola pública vinculada às características da sociedade contemporânea. A relação entre sociedade e educação é explicitada na seqüência demonstrando os vínculos existentes entre ambas, o que torna uma determinada e outra determinante, sem desconsiderar a relação dialética entre ambas. Como alternativa de superação apresenta-se a organização do trabalho pedagógico da escola como espaço para que a gestão democrática afirme a participação da comunidade escolar na perseguição dos seus ideais de escola e de sociedade. O Projeto Político- Pedagógico é apresentado como marco referencial deste processo. Sendo reconhecido como instrumento coletivo que abarca a possibilidade de concretizar a superação.

**Palavras-chave: FUNÇÃO SOCIAL. ESCOLA PÚBLICA . SUPERAÇÃO. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

### **ABSTRACT:**

The participation in the Super action Program is the object of this text. The implementation of the Program proposal happened during the second semester in 2007, with the Education Professionals of the three involved schools in Cascavel – PR as target public. The schedule was 64 hours distributed among the three schools. Understanding the social function of school in the modern society becomes relevant so that the schools can find new ways to overcome the current situation in the scholar routine. So, initially, we developed an approach about the primary and the secondary socialization. Afterwards, the context of the public school linked to the modern society characteristics was settled. The relationship between the society and education is shown by the

---

<sup>1</sup> Professora PDE Titulada Graduada em Pedagogia pela FAFIPA de Paranavaí, Especialização em Psicopedagogia pela UNIVEL e Mestrado em Educação Pela UEM.

<sup>2</sup> Orientadora PDE, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, Especialização em Pesquisa Educacional pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em Educação pela UNICAMP, Doutorada em Educação pela UNICAMP, Docente da UNIOESTE vinculada ao Grupo de Pesquisa em Aprendizagem e Ação Docente.

demonstration of the boundaries among both, what makes one determined and another determining, considering the dialectic relationship among them. As a super action alternative, we present the organization of the pedagogical work in the school as a space so that democratic attitude can stand the participation of the scholar community in the search of its goals of school and society. The Pedagogic Political Project is presented as a reference of this process, being recognized as a collective tool which involves the possibility to concretize super action.

**Key words: social function, public school, super action, Politic Pedagogic Project**

## **Introdução**

O presente texto tem por finalidade cumprir papel de trabalho de conclusão da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE do Estado do Paraná. Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Paraná, pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, ou seja, profissionais concursados. Este plano foi elaborado para cumprir a exigência da implementação do Plano de Carreira destes profissionais, por meio da Lei Complementar n.º 103 aprovada em 15/03/2004.

Para o cumprimento desta lei foi introduzido mais um nível para avanço na carreira, ao qual os professores ascendem por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional.

Este programa tem por objetivo específico proporcionar aos professores subsídios teórico – metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, que resultem em redimensionamento da prática escolar.

Para seu desenvolvimento foi realizada parceria entre Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e Universidades Públicas do Paraná.

Os professores que ingressam no PDE ficam afastados 100% de sua carga horária de trabalho, durante um ano, sem corte na remuneração participando de cursos, seminários, estudos e orientação nas Universidades Estaduais e Federais do Estado do Paraná de acordo com a região onde moram, além de elaborar uma Proposta de Implementação para cumprir em

seu retorno à escola no ano seguinte, quando contam para isto com um afastamento de 25% de sua carga horária. Estes professores participam também como tutores de um Grupo de Trabalho em Rede. Elaboram ainda, Material Didático que pode servir de apoio e suporte teórico para sua implementação na escola.

Os participantes do Programa portadores de título de Mestre ou Doutor são denominados de Professor PDE Titulado, estes participam com implementação em outro Programa do Estado do Paraná chamado de Programa SuperAção.

Este Programa é composto de ações integradas entre os diversos Departamentos, Coordenações e Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação, e coordenadas pela Diretoria de Políticas e Programas, com o objetivo de potencializar a qualidade educacional no Paraná, buscando superar problemas constatados e localizados em determinadas escolas da rede pública estadual de ensino. Nesta perspectiva, o Programa de Desenvolvimento Educacional PDE/PR integra o referido Projeto com a participação dos Professores PDE Titulados, que dedicam no mínimo 64 horas de sua carga horária curricular do Programa, seguindo orientações pré-estabelecidas.

Para a implementação deste Programa, da qual trata este artigo, foram selecionadas três escolas em Cascavel – PR, de acordo com os seguintes critérios - Apresentar: Aprovação no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio menor que 60%; Reprovação no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio maior que 25%; Abandono no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio maior que 25%; Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,766 (média Brasil).

O tema escolhido para a abordagem foi a Função Social da Escola, tendo como subdivisão os seguintes itens: Educação ampla e Educação Escolar; O contexto da Escola Pública; Características da Sociedade Contemporânea; Relação Sociedade e Educação – exigências; Organização da Prática Pedagógica – Conservar ou transformar? e, Projeto Político-Pedagógico – Proposta de Ação da Comunidade Escolar. O tema foi abordado em três encontros, em cada escola separadamente, envolvendo a Direção, Equipe Pedagógica, Professores e Funcionários, tendo a Professora PDE Titulada como articuladora das reflexões acerca do tema proposto.

## **Desenvolvimento**

A humanidade passa momentos de transformações em suas estruturas, como é o caso da globalização do mercado, da formação de blocos econômicos e a grande revolução dos recursos tecnológicos. Atualmente, essas mudanças tomam um ritmo acelerado, o que acaba por torna-se um risco para a própria humanidade: relegar a segundo plano a dimensão humana: a instrumentalização do ser humano! Diante disto, faz-se necessário o repensar constante de nossas concepções e atitudes, tendo como objetivo uma perspectiva mais humana, proporcionando a inclusão social. Neste aspecto a educação escolar passa a ter redelineada a sua função social.

Refletir sobre a história da humanidade e da própria vida proporciona a compreensão de parte da inquietação na busca de significado de tudo o que se experimenta. Ajuda a perceber que estamos inseridos num contexto com valores já definidos; que o presente é o resultado do que aconteceu no passado, por isso é preciso conhecer o passado para compreender o presente e poder interferir no futuro; que os acontecimentos exteriores afetam diretamente nossa vida, isto porque vivemos num grupo social globalizado; que os sujeitos estão situados nos grupos sociais a que pertencem e que a história da humanidade e a história de cada um é um processo constante, sempre transformando e sendo transformado.

A história da raça humana é a história da nossa vida por meio do tempo, e nossa vida atual reflete nossa vida coletiva.

Para melhor compreensão das funções da escola torna-se necessário retornar a organização de vida dos povos primitivos.

Nestes grupos a educação das gerações mais jovens acontecia com a participação deles diretamente na vida dos adultos. As gerações mais jovens acompanham as reuniões dos adultos, o seu trabalho e a rotina da comunidade. Este processo é apresentado por alguns estudiosos da educação, como Socialização Primária, entre eles Gómez (1998), que afirma ser este processo a socialização direta da geração jovem, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta, onde os costumes, os hábitos, os conhecimentos, as crenças, a organização social e do trabalho

eram passados pela interação entre os sujeitos, por meio da troca de experiência direta de geração para geração.

Este modo de organização da sociedade adota modo de produção também primitivo. O trabalho é um determinante social. Por vezes modifica abruptamente uma sociedade. Foi o que aconteceu com a expansão do trabalho, que levou inicialmente os homens para fora das comunidades e mais tarde as mulheres, obrigando as comunidades a organizarem outra forma de socialização das gerações mais jovens. Assim, a crescente complexidade das estruturas sociais ao longo dos séculos levou a criação de instituições que deveriam se responsabilizar por dar continuidade à produção de conhecimentos construídos e repassá-los às novas gerações. Diante deste novo contexto, tornou-se necessária a ação do tutor, do preceptor, das academias ou escolas, estabelecimentos mais amplos que abrigassem mais crianças ao mesmo tempo. Este processo é denominado por Gómez (1998) de Socialização Secundária. Entendendo Socialização como mecanismos e sistemas externos de transmissão para garantir a sobrevivência das novas gerações de suas conquistas históricas. Tendo na socialização e na humanização a função educativa da escola.

É pertinente a contribuição de Barros (2004) ao afirmar que

O que torna a educação possível e necessária é o fato mesmo da 'modificabilidade humana'. O homem é um ser que se transforma (...) a transformação 'interior', que faz dele um ser histórico. (...) Há nele, portanto, um 'desenvolvimento interior'; individual ou coletivamente, a vida humana é um 'enriquecimento' em que cada momento do tempo contém mais do que havia nos momentos anteriores. (BARROS, 2004: 4)

A escola enquanto instituição, de acordo com Nunes (2004) surge após longo período, como na Grécia antiga, em que as escolas eram de iniciativa particular e os ricos confiavam o ensino elementar dos seus filhos a escravos e libertos que davam aulas na rua ou na praça. Este autor esclarece que "Na Grécia surgiu o termo escola – *scholé*, que significa: *lazer, tempo livre* -, para designar um estabelecimento de ensino." (NUNES, 2004: 17)

Educar significa muito mais do que transmitir conhecimentos, significa formar para a autonomia, isto é, para autogovernar-se. Um processo educacional somente será verdadeiramente autônomo e libertador se for capaz de, tendo o conhecimento científico produzido pela humanidade como

instrumento, formar cidadãos críticos, dotados das condições que lhes permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos.

Educar não é uma tarefa exclusiva da escola. Como afirma a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 é função também da família e sociedade. Dialogar e ajudar o outro a viver a vida com domínio do conhecimento científico e senso de justiça permitem o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Dentro deste contexto, a formação do homem é muito mais ampla do que apenas aprender os conhecimentos acadêmicos ou familiares, ultrapassa o seu individual chegando ao social, em que exerce e do qual sofre influência. Sua atuação como cidadão é fundamental para as transformações sociais desejadas.

A escola enquanto espaço de socialização organiza-se a partir de três objetivos: pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Este compromisso está explícito na atual Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Esta Lei trata da educação no Título VIII, Capítulo III, Seção I. Em seu artigo 205 deixa claro os seguintes princípios que nortearam a educação no Brasil.

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado pelo regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade. (Vade Mecum, 2006: 63).

Para dar conta destas atribuições o foco de formação abrange: conhecimentos, idéias, habilidades e capacidades formais. Bem como, formação de disposições, atitudes, interesses e modos de comportamento, além de possibilidades e exigências dos postos de trabalho e sua forma de

organização em coletividades ou instituições, empresas, administrações, negócios, serviços ...

Com relação à intervenção na vida pública, Gómez (1998: 15) afirma que: “A escola deve prepará-los para que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana.”

Para isto, a escola assume as vivas contradições que marcam as sociedades contemporâneas desenvolvidas. Má distribuição de renda que gera desigualdade social, desemprego, mortalidade infantil. Em casos mais extremos concretizando a bipolarização da humanidade: de um lado extrema pobreza e de outro excessiva riqueza, variando a quantidade de pessoas em cada grupo e quantidade de bens distribuídos. Na sociedade contemporânea, de acordo com Gómez (1998: 15), a escola

Deve provocar o desenvolvimento de conhecimentos, idéias, atitudes e pautas de comportamento que permitam sua incorporação eficaz no mundo civil, no âmbito da liberdade do consumo, da liberdade de escolha e participação política, da liberdade e responsabilidade na esfera da vida familiar. Características bem diferentes daquelas que requer sua incorporação submissa e disciplinada, para a maioria, no mundo do trabalho assalariado.

Esta sociedade apresenta algumas características específicas devido ao modo de produção atualmente empregado. O capitalismo faz algumas exigências sociais e a sociedade tenta adaptar-se a elas: exploração, individualismo, corrupção, competitividade, falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade “natural” de resultados em função de capacidades e esforços individuais.

Diante deste contexto, de acordo com Gómez (1998: 16), corre-se o risco de acreditar que “a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoal lhes permite. Impõe-se a ideologia aparentemente contraditória do individualismo e do conformismo social”.

Este autor chama a atenção para a cilada presente no processo de socialização como reprodução realizado pela escola. Afirma que

Dessa forma, aceitam-se as características de uma sociedade desigual e discriminatória, pois aparecem como o resultado natural e inevitável das diferenças individuais evidenciadas em capacidades e esforços. A ênfase no individualismo, na promoção da autonomia individual, no respeito à liberdade de cada um para conseguir, mediante a concorrência com os demais, o máximo de suas possibilidades, justifica as desigualdades de resultados, de aquisições e, portanto, a divisão de trabalho e a configuração hierárquica das relações sociais. O caráter aberto da estrutura social para a mobilidade individual oculta a determinação social do desenvolvimento do sujeito como conseqüência das profundas diferenças de origem que se introjetam nas formas de conhecer, sentir, esperar e atuar dos indivíduos. Este processo vai minando progressivamente as possibilidades dos mais desfavorecidos, em detrimento da solidariedade, desde os primeiros momentos da aprendizagem escolar. (GÓMEZ, 1998: 16).

Em sua ação cotidiana a escola utiliza mecanismos de socialização que estão presentes no processo de doutrinação ideológica e da inculcação de representações particulares e idéias dominantes, secundarizando seus objetivos políticos e sociais dando ênfase aos estritamente econômicos.

Um dos mecanismos utilizados são as bases teóricas eleitas pela escola, presentes na Filosofia, na Psicologia e na Sociologia. Inicialmente foi a Filosofia enquanto ciência que entrou nas escolas como suporte de compreensão da realidade e também como método de pesquisa, elaborando Teorias do Conhecimento. Depois foi a Sociologia com a análise e compreensão das organizações sociais, bem como os fenômenos sociais e, finalmente, a Psicologia que busca explicar os processos de aprendizagem elaborando Teorias de Aprendizagem. Elas servem de base para organização das Teorias Pedagógicas.

Estas três ciências ao serem trazidas para a educação carregam consigo marcas ideológicas, influenciando diretamente na organização da escola, dos currículos, dos métodos didáticos e da forma de avaliação da aprendizagem.

Os conteúdos trazidos para dentro das salas de aula são todos os produzidos pela humanidade ao longo de sua história. Diante de infinitos conteúdos, a escola acaba por escolher alguns e excluir outros, tendo como referência sua proposta de educação.

Com base nestas ciências auxiliares da Pedagogia, e dependendo do comprometimento ideológico, o conteúdo oficial do currículo converte-se numa aprendizagem acadêmica para passar nos exames e esquecer depois. A



aprendizagem dos mecanismos, estratégias, normas e valores de interação social, em busca de garantir seu sucesso formam uma cultura que se estende além da escola. Esta cultura escolar vai induzindo uma forma de ser, pensar e agir, tanto mais válida e sutil quanto mais intenso for a semelhança entre a vida social da aula e as relações sociais no mundo do trabalho ou na vida pública.

É importante salientar que os objetivos da educação, de acordo com Barros (2004)

podem ser considerados sob uma perspectiva genérica, de conteúdo ético, relacionada com a sacralidade da pessoa humana, sua dignidade (seja qual for o fundamento que se estabeleça para ética), e com a situação particular, histórica e com suas exigências e peculiaridades. (...) Que a educação, assim, arranque, autonomamente, do ser do educando, permitindo-lhe desenvolver suas potencialidades, desde que o desenvolvimento destas não se faça com meio que levem à instrumentalização de outros homens, e que o educador veja no educando um 'fim em si', com os seus valores e fins próprios a desenvolver, e nunca o instrumento de seus próprios fins. (BARROS, 2004: 14).

Além do currículo escolhido por cada um dos estabelecimentos de ensino (currículo explícito), existe ainda a influência dos componentes da vida da aula e da escola, presentes na estrutura nas tarefas acadêmicas e na estrutura das relações sociais do cotidiano escolar (currículo oculto).

As formas de determinar o que se pode fazer ou não dentro da escola, bem como quem pode ou não, são influenciadas por uma hierarquia de poder. Quando aceitar um trabalho atrasado ou não aceitar; quando deixar fazer prova de segunda chamada ou não deixar; quando devolver os instrumentos avaliativos para os alunos ou não devolver; quando deixar o aluno dar sua opinião sobre determinado assunto, ou não, como organizar a distribuição de alunos por turma ou dentro da sala de aula; como encaminhar ou receber as tarefas para casa, e vários outros encaminhamentos didáticos.

Como exemplo pode-se citar o caso de um estabelecimento de ensino que tinha em seu Regimento Escolar uma cláusula determinando punição aos alunos de acordo com o grau de poder a pessoa ofendida. Desta forma, se a pessoa ofendida fosse um colega da turma a medida disciplinar seria uma, se a pessoa ofendida fosse um funcionário dos Serviços Gerais, a medida disciplinar seria outra e ainda se a pessoa ofendida fosse do "alto escalão" a

medidas disciplinares seriam mais severas culminando com a transferência do aluno da própria escola.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, de acordo com Castro (2004)

Declara-se inspirada nos 'princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana' (art. 2º). O mesmo artigo indica, como finalidade da educação, 'o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho'. Destes destacamos a insistência em duas ordens fundamentais: a afirmação de valores ligados aos ideais de liberdade, igualdade, tolerância, democracia e pluralismo ideológico e a definição de políticas incidindo sobre relações entre a escola, a sociedade e o trabalho. Ao fazê-lo, repete quase integralmente o artigo 206 da Constituição Federal de 1988. (CASTRO, 2004: 136).

Uma forma de organizar as relações sociais e a participação dos indivíduos e dos grupos exige e favorece algumas ações escolares e não outras, bem como modos de conceber e trabalhar as tarefas acadêmicas.

Desta forma, a partir das concepções teóricas escolhidas pela escola ao definir a forma que as atividades acadêmicas tomarão e a forma como as relações sociais acontecerão na escola. É isto que diferencia escolas conservadoras de escolas transformadoras. Entendendo escolas conservadoras como aquelas que por meio de organização e suas bases teóricas têm por objetivo manter a sociedade capitalista tal como está, e escolas transformadoras, aquelas escolas que por sua opção teórico-metodológica tentam interferir na sociedade capitalista.

Os seguintes aspectos relevantes do desenvolvimento curricular são apresentados por GÓMEZ (1998: 18)

1 – A seleção e a organização dos conteúdos do currículo. Concretamente, o que se escolhe e o que se omite da cultura pública da comunidade e quem tem o poder de selecionar ou intervir em sua modificação.

2 – O modo e o sentido da organização das tarefas acadêmicas, bem como o grau de participação dos alunos/as na configuração das formas de trabalho.

3 – A ordenação do espaço e do tempo na aula e na escola. A flexibilidade ou rigidez do cenário, do programa e da seqüência de atividades.

4 – As formas e estratégias de valorização da atividade dos alunos/as. Os critérios de valorização, assim como a utilização diagnóstica ou classificatória dos resultados e a própria participação dos interessados no processo de avaliação.

5 – Os mecanismos de distribuição de recompensas como recursos de motivação extrínseca e a forma e grau de provocar a competitividade ou colaboração.

6 – Os modos de organizar a participação dos alunos/as na formulação, no estabelecimento e no controle das formas e normas de convivência e interação.

7 – O clima de relações sociais presidido pela ideologia do individualismo e da competitividade ou da colaboração e solidariedade.

De acordo com Gómez (1998) é relevante fazer uma análise da organização escolar para compreender seus pressupostos a fim de poder transformá-la, caso identifique-se divergência em seus propósitos. É fundamental que a comunidade escolar tenha acesso aos documentos da escola onde constam a proposta de escola a ser perseguida por eles. Por isso estes documentos precisam de fato serem construídos coletivamente, desta forma não precisam ficar engavetados, podendo contribuir verdadeiramente na compreensão dos caminhos trilhados pela escola, bem como da possibilidade de se traçar novos caminhos, novos percursos se assim for necessário. Para auxiliar, o autor orienta que

A análise deve abarcar os fatores que determinam o grau de participação e domínio dos próprios alunos/as sobre o processo de trabalho e os modos de convivência, de maneira que se possa chegar a compreender o grau de alienação ou autonomia dos estudantes quanto a seus próprios processos de produção e intercâmbio no âmbito escolar. Somente assim se poderá entender os conhecimentos, as capacidades, as disposições e as pautas de conduta que os estudantes desenvolvem como recursos mais adequados para resolver com relativo êxito os problemas que a interação e o intercâmbio real e simbólico colocam no cenário de relações sociais, as quais constituem o grupo da aula e a estrutura social da escola.” (GÓMEZ, 1998:18)

Uma vez que a escola é representação micro da sociedade mais ampla, ela sofre o processo de transposição das características da sociedade a qual pertence para o seu interior. Diante disto, torna-se relevante lembrar que a escola é espaço de várias contradições. Uma destas contradições diz respeito aos propósitos para a escola elencados pela sociedade mais ampla e os propósitos elencados pelos profissionais que atuam nesta mesma escola. Pode-se perceber um movimento contraditório de conservação e de transformação, quando a sociedade quer que a escola forme profissionais submissos para o mercado de trabalho e os professores querem formar

peças mais humanizadas, solidárias e capazes de intervir na sociedade transformando-a.

Esta intenção apresentada pelos profissionais da escola, em relação dialética, também se transpõe para a sociedade mais ampla, influenciando-a.

Para esclarecer esta contradição Gómez (1998) explica que

Se manifesta uma grande contradição entre a sociedade que requer para seu funcionamento político e social participação ativa e responsável de todos os cidadãos considerados por direito como iguais, e essa mesma sociedade que na esfera econômica, ao menos para maioria da população, induz à submissão disciplinada e à aceitação de escandalosas diferenças de fato. Aceitar a contradição entre aparências formais e realidades factuais faz parte do próprio processo de socialização na vida escolar, na qual, sob a ideologia da igualdade de oportunidades numa escola comum para todos, se desenvolve lenta mas decisivamente o processo de classificação, de exclusão das minorias e do posicionamento diferenciado para o mundo do trabalho e da participação social. (GÓMEZ, 1998: 21).

Quando se evita olhar para o contexto escolar e fazer uma análise em profundidade de todos os condicionantes sociais presentes na organização escolar é grande a probabilidade de aceitar as aparências de um currículo e de certas formas de organizar a experiência dos alunos/as comuns e iguais para todos. Assim é muito fácil aceitar a ideologia da igualdade de oportunidades, confundir as causas com os efeitos, aceitando a classificação social como consequência das diferenças individuais em capacidades e esforços.

Diante desta constatação, os professores comprometidos não podem dizer que dão “umas aulinhas”; que “apenas completam a carga horária” nesta ou naquela escola; que o pobre é pobre porque quer; que a escola não tem autonomia; que precisam ser organizadas turmas homogêneas; que a polícia precisa estar dentro das escolas, porque não em cada sala de aula; que a culpa do contexto atual é do aluno e de sua família; que o sistema quer assim e não tem o que fazer! Nesta perspectiva não criar vínculo com a escola significa comprometer a qualidade do trabalho coletivo.

Gómez (1998) é enfático ao afirmar que

Viver na escola, sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade. Deste modo, inclusive os mais desfavorecidos aceitarão e assumirão a legitimidade das diferenças sociais e econômicas e a mera vigência formal

das exigências democráticas da esfera política, assim como a relevância e utilidade da ideologia do individualismo, a concorrência e a falta de solidariedade. (GÓMEZ, 1998: 21).

Todos estes elementos servem de reflexão para possibilitar uma compreensão mais ampla do contexto no qual a escola está inserida e de qual função ela desempenhará nesta mesma sociedade. Pautando-se em concepções de homem, de sociedade, de educação, de escola, de aluno, de ensinar e aprender, de avaliar entre outras, é que cada comunidade escolar constrói seu Projeto Político-Pedagógico. Tendo como ponto de partida para sua construção reflexões sobre: Que escola temos? Que escola queremos? Que sociedade temos? Que sociedade queremos? Que aluno temos? Que alunos queremos? Como faremos? Quem fará o que? Que formação temos? Como a ampliaremos? Além de outras que auxiliem a delimitação de propostas para avançar na organização do trabalho pedagógico.

Assim, a função educativa da escola é repensada e determinada diante do contexto. Gómez (1998) lembra que

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada, mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do *status quo* real – assumido como natural pela ideologia dominante- , o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. (...) preparar os alunos/as para pensar criticamente e agir democraticamente numa sociedade não-democrática. (GÓMEZ, 1998: 22).

A organização do trabalho pedagógico representa a autonomia das escolas. A atual LDB faz esta afirmação ao explicitar a responsabilidade de cada estabelecimento de ensino ao construir sua proposta pedagógica.

O modo como a escola se organiza está diretamente relacionado a sua concepção de educação e de sociedade. Uma vez que a educação não é neutra, o trabalho realizado dentro das escolas também não é.

Diante da não neutralidade da educação é importante compreender que, sendo assim, o trabalho desenvolvido dentro das escolas é intencionalmente planejado e executado para atingir os fins propostos.

Ou o trabalho realizado na escola auxilia a romper com a sociedade excludente ou ajuda a conservá-la. Por isso, é inadmissível em educação

escolar “ficar em cima do muro”, acreditar que a função do professor é “passar” o conteúdo para o aluno e o que ele faz com o conhecimento “passado” é problema exclusivamente dele. Esta posição fortalece o grupo que trabalha pela conservação da sociedade excludente.

Diante das mudanças constantes na sociedade, Veiga (2001) afirma, que

Temos vivenciado ultimamente uma ampliação progressiva dos compromissos da escola, que tem de responder a novos desafios por influência de fatores e pressões, tanto externos quanto internos. Os externos são fatores de ordem social, econômico-cultural, científica e tecnológica; os internos estão relacionados ao desenvolvimento do conhecimento sobre o processo educativo. (VEIGA, 2001: 46).

No estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação optou por orientar que os estabelecimentos de ensino construam seu Projeto Político – Pedagógico. Este documento é mais amplo que proposta pedagógica. Esta é sinônimo de Proposta Curricular. Ele deve ser construído tendo como base a Gestão Democrática, ou seja, a participação da comunidade escolar. Este documento abarca outros documentos de igual importância na escola como: Proposta Curricular, Plano de ação dos segmentos da escola, Regimento Escola, Estatutos das instâncias colegiadas (Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Conselho Escolar e Grêmios Estudantil), Projetos desenvolvidos pela comunidade escolar, Sistema de Avaliação do estabelecimento, entre outros.

Uma gestão democrática que seja de fato participativa só será construída e vivida quando nos permitirmos a desconstrução de alguns conceitos e preconceitos, mitos e dogmas, durante muito tempo inquestionáveis, tidos como verdades únicas, que por longo período permearam o universo, determinando modos de pensar, ser e agir e adotarmos novas posturas perante um novo contexto social, democrático de fato.

É importante que o sujeito, o grupo social, a comunidade e a sociedade sejam agentes de suas histórias, que compreendam que estamos vivendo e não apenas passando pela vida, que aprendam a escrever suas histórias construindo, coletiva e cotidianamente, os seus projetos de vida, por acreditarem que a gestão democrática influencia positivamente a melhoria da qualidade do contexto escolar e social.

Hoje o espaço da sala de aula não é o único onde se constrói o conhecimento e se aprende sobre a vida na sociedade e da cidadania. É importante criar espaços alternativos, além da sala de aula, que favoreçam a pesquisa e a produção de conhecimentos que interfiram favoravelmente na formação de cidadãos mais atuantes, reflexivos e autônomos.

As organizações estudantis constituem um recurso valiosíssimo na formação das novas gerações, pois também estimulam o gosto pelo trabalho coletivo, a partilha de idéias, o respeito, o diálogo, contribuindo para o exercício da cidadania e a prática democrática, além de formar novas lideranças.

Uma proposta de caminho para a construção do Projeto Político – Pedagógico é apresentada por Veiga (1998):

Enfatiza-se aqui os movimentos do processo de construção desse projeto, marcados por três atos bem distintos, porém interdependentes. a) O *ato situacional* – descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica educacional e ocupacional. (...) b) O ato conceitual diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. (...) c) o ato operacional orienta-nos quanto a como realizar nossa ação. É o momento de nos posicionarmos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade da escola. (VEIGA, 1998: 23)

A construção coletiva deste projeto de escola implica na tomada de decisão de quais serão os caminhos percorridos para atingir as finalidades propostas pelo grupo. Assim, objetivos e metas são uma constante no cotidiano escolar. Estabelecer objetivos, traçar as metas, pensar em como atingi-las, estabelecer prazos, elencar os envolvidos, avaliar o percurso escolhido, fazem parte da construção, implementação e avaliação do Projeto Político – Pedagógico.

O fato do estabelecimento de ensino ter este documento não garante que ele seja vivo, que ocupe lugar central na escola, que seja objeto de organização do trabalho pedagógico. Para que isto ocorra é fundamental a compreensão por parte de todos os envolvidos do significado deste documento, para que ele norteie as ações, fortaleça os vínculos, reforce os objetivos e reafirme a escola a ser construída. Veiga (1998) insiste

na importância de se ouvirem as vozes dos professores, dos alunos, dos pais, bem como as dos outros sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto político-pedagógico. Acreditamos,

consequentemente, que alguns avanços significativos encontrados na prática pedagógica de muitas escolas podem contribuir para a construção desse processo, merecendo especial atenção aos seguintes aspectos: o papel da escola, dos profissionais. (...) as condições de trabalho, a gestão e o projeto político-pedagógico, a política educacional. (VEIGA, 1998: 29).

È desta proposta de escola que são planejadas ações que dêem conta da especificidade de cada estabelecimento de ensino. Por isso, é essencial que se faça um levantamento de dados antes de traçar ações aleatórias. Uma boa fonte de dados são os resultantes de questionário enviados às famílias dos alunos, compondo a caracterização da comunidade escolar.

Estes dados auxiliam objetivamente a tomada de decisão sobre algumas questões relevantes para a organização do trabalho pedagógico da escola, como o nível econômico das famílias, a estrutura das moradias, a diversidade cultural.

Outro quadro interessante é o resultante de planilhar dados do rendimento escolar. Número de alunos matriculados por turma, quantidade de alunos aprovados, reprovados e evadidos. Mais significativo ainda são os dados que apontam as causas da reprovação e da evasão escolar. Estes dados auxiliam a elaboração de medidas mais objetivas para reverter o quadro inicialmente apresentado. Aqui tem um dado significativo que na maioria das vezes passa despercebido na análise das escolas: dentro do número de alunos aprovados, quantos foram aprovados por Conselho de Classe? Este número significa uma quantidade de alunos que foi provada para a série seguinte sem o domínio dos conteúdos necessários? Como estes alunos são acompanhados no ano letivo seguinte? Os professores da série a que eles foram promovidos sabem qual é a defasagem de conteúdos deles? É elaborada uma Proposta de Adequação Curricular para eles? Caso isto não seja feito temos aqui mais um fator de elevação do índice de reprovação no ano seguinte.

Neste sentido Gómez (1998) defende que

As diferenças de partida devem ser enfrentadas como um desafio pedagógico dentro das responsabilidades habituais do profissional docente. A escola obrigatória que forma o cidadão/da não pode dar-se ao luxo do fracasso escolar. A organização da escola e da aula, e a formação profissional do docente, devem garantir o tratamento educativo das diferenças trabalhando com cada aluno/a desde sua situação real, e não do nível homogêneo da suposta maioria estatística de cada grupo de classe. (...) A igualdade de oportunidades não é um objetivo ao alcance da escola. O desafio educativo da escola contemporânea é atenuar, em parte, os



efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social. (GÓMEZ, 1998: 24).

Na sociedade contemporânea, com relação a educação escolar e a influência sofrida por ela pelas relações mais amplas com a sociedade que a cerca, temos ainda outro aspecto a ser considerado: a escola perdeu o papel hegemônico na transmissão e distribuição da informação. Os recursos midiáticos estão cada vez mais presentes na vida dos alunos dentro e fora das escolas. Muitas vezes são utilizados de modo a contrapor aspectos dos conteúdos trabalhados pelos professores dentro da escola.

Para a efetiva participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento da proposta de escola a ser construída é preciso ter um plano estratégico de participação e um cuidado com a comunicação, pois se é dever da comunidade escolar participar da gestão escolar, ela também tem o direito de ser informada. Assim, no processo de formação do cidadão, torna-se necessário facilitar a inclusão digital e o acesso a todas as tecnologias.

O discurso naturalizador é foco constante na mídia polemizante. A alienação é fator preponderante, o que nos remete ao antigo ditado de “pão e circo “ ao povo. Distração e alienação. Gómez (1998) afirma que nestes casos

Os meios de comunicação de massa, e em especial a televisão, que penetram nos mais recônditos cantos, oferecem de modo atrativo e ao alcance da maioria dos cidadãos uma abundante bagagem de informações nos mais variados âmbitos da realidade. O conteúdo distribuído pela mídia chega até aos alunos criando concepções ideológicas usadas para explicar e interpretar a realidade cotidiana e para tomar decisões quanto a seu modo de intervir e reagir. A criança chega à escola com um abundante capital de informações e com poderosas e acríicas pré-concepções sobre os diferentes âmbitos da realidade. (GÓMEZ, 1998: 25).

Diante desta realidade torna-se essencial que a escola organize seu trabalho pedagógico tendo como ponto de partida a realidade que a cerca, ou seja, o contexto no qual está inserida. Diante da função social atribuída a ela, de socialização e humanização, os conteúdos trabalhados na escola precisam ser significativos para os alunos que a freqüentam. Estes conhecimentos, juntamente com o relacionamento com os adultos da escola transformam-se em ferramenta necessária para a emancipação humana.

O conteúdo trabalhado na escola, bem como a sua forma de abordagem, deve ser mais importante do que o certificado de conclusão de curso. Estes conhecimentos científicos são importantes demais para ficarem guardados apenas nos cadernos dos alunos. Eles devem servir para que o aluno compreenda a realidade que o cerca, não sendo ingênuo quanto as características da sociedade capitalista, podendo até vir a interferir nela transformado-a.

Diante deste contexto, afirma Gómez (1998)

Somente a escola pode cumprir esta função. Começando por diagnosticar as pré-concepções e interesses com que os indivíduos e os grupos de alunos/as interpretam a realidade e decidem sua prática. Ao mesmo tempo deve oferecer o conhecimento público como ferramenta inestimável de análise para facilitar que cada aluno/a questione, compare e reconstrua suas pré-concepções vulgares, seus interesses e atitudes condicionadas. (Gómez, 1998: 25).

De acordo com a organização do trabalho pedagógico escolhida pela escola, encurtam-se as distâncias entre a escola e a sociedade que temos e a escola e a sociedade que queremos.

A escola ao provocar a reconstrução de conceitos, anteriormente determinados como únicos, facilita o processo de aprendizagem permanente, ajuda o aluno a compreender que todo o conhecimento encontra-se condicionado pelo contexto, e que, portanto, requerem ser comparados com as representações das outras pessoas, como de nosso próprio desenvolvimento, diante do próprio contexto.

Assim, a função da escola vai além da transmissão de conhecimentos, vai além de “passar” o conteúdo para o aluno. Neste sentido Gómez (1998) afirma

Mais do que transmitir informações, a função educativa da escola contemporânea deve se orientar para provocar a organização racional da informação fragmentária recebida e a reconstrução das pré-concepções acríticas, formadas pela pressão reprodutora do contexto social, por meio de mecanismos e meios de comunicação cada dia mais poderosos e de influência mais sutil. Isto ocorre mediante a vivência de um tipo de relações sociais na aula e na escola, de experiências de aprendizagem, intercâmbio e atuação que justifiquem e requeiram esses novos modos de pensar e fazer. (GÓMEZ, 1998: 26).

A educação de uma pessoa começa bem antes do seu nascimento, com a educação dos seus antepassados, pois modos de ser, de pensar e agir, são passados para as gerações mais jovens pelos adultos das comunidades. Esta mesma educação não termina com a morte desta pessoa, vai muito além, perpassa por toda a geração de descendentes, com a conservação de valores ou com a substituição de uns valores por outros.

Sabemos que o comportamento humano não está delineado no seu suporte genético. Não nascemos predestinados a sermos bons ou maus, a nos comportarmos de acordo com padrões estipulados previamente ou não. O ser humano se concretiza enquanto tal no relacionamento com outros seres humanos. Assim sendo, o comportamento apresentado por cada um de nós é aprendido. Sendo aprendido é ensinado. Sendo ensinado pode ser modificado. Assim, Gómez (1998) reforça a função social humanizadora da escola

É preciso transformar a vida da aula e da escola, de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação. Apenas vivendo de forma democrática na escola pode se aprender a viver e sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências da coletividade. (GÓMEZ, 1998: 26).

Assim, a função da escola em sua exigência de provocar a reconstrução crítica do pensamento e da ação vai muito além de atender a demanda social da sociedade capitalista. O domínio do conhecimento científico por ele mesmo não garante a humanização. A intenção proposta faz toda a diferença. Por isso a ação pedagógica na escola é um trabalho, e como tal não pode ser feito por improviso. É necessário compromisso pessoal e profissionalismo. Planejamento e compromisso coletivo. Gómez (1998) esclarece que isto

requer a transformação radical das práticas pedagógicas e sociais que ocorrem na aula e na escola e das funções e atribuições do professor/a. O princípio básico que se deriva destes objetivos e funções da escola contemporânea é facilitar e estimular a participação ativa e crítica dos alunos/as nas diferentes tarefas que se desenvolvem na aula e que constituem o modo de viver da comunidade democrática de aprendizagem.” (GÓMEZ, 1998: 26).

## **Conclusão**

A participação dos Professores PDE Titulados – 2007 no Programa SuperAção foi mais uma idéia feliz da Secretaria de Estado da Educação do Paraná na atual gestão.

A possibilidade de utilizar a titulação como contribuição para estas escolas, que apresentam alguma fragilidade torna ainda mais relevante esta participação.

A inclusão das três escolas de Cascavel no Programa trouxe esperança para as suas comunidades escolares. Nenhuma das três escolas tem quadra esportiva coberta, uma delas ainda não tem o acesso à escola com asfalto, a outra não tem salas de aula suficiente para abrigar seus alunos. Uma escola apresenta falta de funcionários. Todas precisam de melhorias estruturais para que possam cumprir sua função social. Esta é outra proposta do Programa SuperAção para estas escolas.

Esta ação começa pelo diagnóstico da situação da estrutura física da escola assim como de recursos materiais e recursos humanos, passando por análise e reflexão dos índices dos dados escolares, contratação de mais funcionários e professores, reformas nos prédios, instalação de laboratórios de informática, cobertura de quadras de esporte, adequação de cozinhas e banheiros, aumento do acervo bibliográfico e execução de projetos pedagógicos envolvendo professores, alunos e pais e assim a SEED está presente em todas as outras escolas do Estado executando ações para a melhoria da educação.

Propõe-se que esta ação não termine aqui, que se estenda com a entrada dos novos Professores PDE Titulados - 2008 e os demais que ingressarem na seqüência, para dar sustentação ao projeto já iniciado.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Fundamentos da Educação. *In*: Educação básica: políticas, legislação e gestão: leituras. Vários autores. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CASTRO, Amélia Americano Domingues de. Orientações Didáticas na Lei de Diretrizes e Bases. *In*: Educação básica: políticas, legislação e gestão: leituras. Vários autores. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GÓMEZ, A.I. Pérez. As funções sociais da escola: d reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. *In*: Sacristán, J. Gimeno e A.I.Pérez Gómez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Vade Mecum Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. *In*: Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. *In*: Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org). Escola: Espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.